

RELATÓRIO SEMANAL

ABRACEEL

Semana I | 04 a 08 de novembro de 2019.

ABRACEEL DISCUTE APORTE SEMANAL COM RELATOR

No dia **04.11**, a Abraceel esteve na Aneel para se reunir com o diretor Efrain Pereira e o Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado, Julio Ferraz e equipes. A Abraceel foi representada por Reginaldo Medeiros, Alexandre Lopes, Frederico Rodrigues, Bernardo Sicsú e Yasmin Oliveira. Na pauta, o processo do aporte semanal de garantias, cujo relator é o diretor Efrain.

Alexandre começou a reunião explicando que as associadas têm restrições à proposta apresentada pela CCEE e que por isso, a Abraceel havia apresentado proposta alternativa ao Diretor Geral André Pepitone em **06.09**, que prevê o aporte prévio de garantias para o registro ex-post, além de antecipar os prazos de aporte de garantias em 10 d.u., mas mantendo a lógica mensal. Sinalizou que na última liquidação não houve recursos para pagar os credores sem liminares e que não há inadimplência dos comercializadores. Ademais, mostrou que nos casos de inadimplência divulgados no início do ano, não houve impacto no MCP, e que os efeitos foram bilaterais e absorvidos pelas contrapartes.

Na sequência, o diretor Efrain informou que a SRM vem analisando os números da CCEE, tendo observado o aumento de inadimplências. E que, apesar de não haver um sentimento de urgência, o momento é oportuno para aumentar os mecanismos de segurança. Citou a entrada do PLD horário e aumento do teto

do PLD como exemplo. Sobre isso, Reginaldo acrescentou que a melhoria da segurança do mercado será obtida com um conjunto de medidas e não apenas uma.

Efrain apontou que o assunto evoluiu muito desde o início do ano e que a Agência está convicta que é preciso avançar, mas ainda debateu sobre qual a melhor alternativa para os mecanismos de segurança do mercado a serem adotados. Sugeriu que a Abraceel apresente proposta que possa ter um horizonte de longo prazo, ainda que com etapas intermediárias, para ao fim chegar-se a um mercado mais evoluído e seguro.

O diretor informou que a agência abrirá audiência pública ainda em novembro, por 45 dias. A proposta apresentada pela Abraceel será uma das alternativas na AIR.

Por fim, Reginaldo reiterou o pleito da Abraceel para participar do Conselho do ONS, já que os comercializadores são a categoria mais ativa no PMO e que nossa associação é única que não está representada. Efrain, que é o relator do processo que trata da alteração do Estatuto Social do ONS, objeto da AP nº 37/2019, comprometeu-se a discutir o tema no âmbito dessa AP. **A apresentação realizada pela Abraceel está disponível na área restrita, seção apresentações exclusivas.**

BNDES INAUGURA COM A ABRACEEL DEBATES SOBRE O NOVO “PREÇO SUPORTE”

No dia **06.11**, a Abraceel e o BNDES realizaram o Workshop “Financiamento para o Mercado Livre”, na sede do banco, no Rio de Janeiro, e que contou com a presença de mais de 50 pessoas entre profissionais do banco e associados da Abraceel, dentre os quais os conselheiros Daniel Marrocos (Newcom) e Paulo Tarso (Petrobras). A Abraceel foi representada por Alexandre Lopes e Bernardo Sicsú.

Carla Primavera, superintendente da área de energia do BNDES, deu as boas vindas aos presentes destacando o “timing” perfeito do evento em razão da divulgação na semana passada do “preço suporte”, nova metodologia de valor a ser adotada pelo banco para análise de crédito de empreendimentos destinados ao mercado livre. A superintendente destacou que a proposta ainda está em construção, razão da importância de “feedbacks” e sugestões para o seu aprimoramento, e que foi elaborada com base nas reflexões lançadas pela Abraceel e clientes, sendo o workshop o primeiro evento no qual o banco discute detalhes da proposta.

Em seguida, Alexandre Lopes, diretor técnico da Abraceel, teceu elogios à proposta do BNDES, destacando que o conceito do preço suporte está alinhado com as discussões que o banco e a Abraceel vêm realizando há anos. Alexandre apresentou os números do mercado livre, com destaque para a sua contribuição na expansão do sistema, atualmente em

34% do parque gerador em construção, e celebrou o fato de o banco passar a ter um olhar de mais longo prazo com relação aos preços do mercado livre, em linha com o observado no mercado.



Após a abertura, Carla Primavera realizou sua apresentação, que trouxe importantes dados sobre o BNDES, líder global no crédito a renováveis, e uma explicação mais detalhada da nova metodologia do “preço suporte”.

Em 2018, já percebendo que a matriz elétrica cresceria fortemente pelo mercado livre, o BNDES desenvolveu o conceito do “PLD de Suporte”, no valor de 90 R\$/MWh, que simboliza o risco pelo qual o banco está disposto a correr no longo prazo pela energia não contratada de um empreendimento.

Com base nesse conceito, o BNDES construiu uma carteira com 13 projetos, que totalizam 2,7 GW de capacidade, sendo 818 MW em eólicas, e que permitiu um grande aprendizado para o banco. Além disso, ainda na lógica do “PLD suporte”, o leilão A-6 de 2019 apresentou bons resultados, demonstrando o êxito da metodologia, mas que também possibilitou ao

banco identificar a possibilidade de melhorias.

Segundo Carla, foi com base nas sugestões recebidas pelos agentes, com destaque para a Abraceel “que por diversas vezes visitou o banco e o fez refletir”, que o BNDES chegou a três importantes conclusões: (i) o “PLD suporte” é muito atrelado ao Mercado de Curto Prazo, (ii) a aplicação do PLD mínimo é ineficaz como teste de solvabilidade dos projetos e (iii) o mercado livre possui referenciais de preços.



Assim, e principalmente da constatação de que o mercado livre já apresenta referenciais de preços, o BNDES chegou a um preço de referência pelo qual concorda em assumir o risco de longo prazo de projetos com venda no mercado livre, o agora denominado “preço suporte”, que passará a ser considerado em projetos que assumirem obrigação de contratação da energia com antecedência durante o período de amortização da dívida. Já projetos puramente Merchant continuarão utilizando o modelo de “PLD suporte”, que permanece fixado em 90 R\$/MWh.

Preço suporte

O BNDES definiu três patamares de preço suporte para a análise de crédito de empreendimentos com compromisso de venda no

mercado livre. Do primeiro ao sexto ano do projeto será aplicado o valor de 130 R\$/MWh, do 6º ao 11º ano o valor de 120 R\$/MWh, e do 11º em diante será aplicado o valor de 110 R\$/MWh. Vale notar que o preço suporte será aplicado para os projetos que já estão em análise no banco.

Em princípio, o compromisso de contratação deve ser feito com 12 meses de antecedência para um horizonte de 4 anos, com a manutenção da rolagem de contratos até A+4. Em outras palavras, o empreendedor que queira financiar um projeto com início de operação em janeiro de 2021, deverá apresentar ao banco, até janeiro de 2020, PPAs de venda no mercado livre para o horizonte 2021-2024. Esse período de 4 anos com um ano a frente busca retirar o banco da volatilidade do curto prazo. Até o final de 2021, o empreendedor deverá contratar para o ano de 2025, e assim por diante até a amortização da dívida.

Segundo Carla, como é muito difícil atribuir rating para as comercializadoras, em razão da característica do negócio, o banco desenvolveu o preço suporte para lhe permitir operar com o segmento. Assim, se um empreendedor vender energia por 15 anos a 200 R\$/MWh para uma comercializadora que não receberá rating do banco, o banco trabalhará esse contrato em conjunto com o conceito do “preço suporte”. No caso da existência de um “off-taker”, será considerado o contrato desse “off-taker” em conjunto com sua avaliação de risco. “O modelo ainda está em desenvolvimento, precisamos conhecer melhor a comercialização”, esclarece Carla.

A alavancagem realizada no modelo “project finance” poderá ser feita de duas formas: (i1) SAC Puro, na qual há obrigação de rolagem para 75% da capacidade de geração na partida e 50% a partir do 10º ano de amortização; ou (ii) SAC com IPCA Capitalizado mensalmente, com obrigação de rolagem para 75% da capacidade de geração durante toda a amortização do projeto. Também há obrigação de uma conta reserva de 6 meses em ambos os modelos.

Em caso de projeto “merchant”, o banco utilizará o PLD Suporte, de 90 R\$/MWh, e não utilizará mais o PLD mínimo para cálculo da solvabilidade. Em princípio, esse tipo de projeto não terá nenhuma obrigação de comercialização de energia por meio de contratos.

Questionada, Carla esclarece que o banco fará uma análise do risco de implantação e do risco da receita do projeto, onde será considerada se a energia é “flat” ou com modulação, o submercado de entrega e outras variáveis. Todas as variáveis serão consideradas e dependendo da análise do banco, o “spread” de risco e a alavancagem serão ajustados.

Atualmente, o banco trabalha com financiamentos a TLP acrescido de 1,3% ao ano de “spread” básico além do “spread” de risco que será o produto da análise do banco. A política é de financiamento de, no máximo, 80% do investimento, podendo chegar a 100% dos itens financiáveis. “Como NTN-B caiu muito recentemente, a TLP está muito atrativa, o que é bom para os empreendedores”, ressaltou a superintendente do BNDES.



Carla esclarece que o “preço suporte” será corrigido pela inflação e foi calculado com base em um mix de preço de plataformas de comercialização, carteira do banco e preços públicos negociados. Segundo a superintendente, não há perspectiva de revisão do valor do preço suporte, nem do valor do PLD suporte.

Além disso, para cálculo do preço suporte e do PLD suporte, o banco não faz diferenciação entre a energia incentivada e convencional. “Há uma pauta no setor de fim dos subsídios e por isso o banco opto por não fazer essa diferenciação”, diz Carla.

A superintendente também esclareceu que o empreendimento precisa ter a garantia de conexão para ter o financiamento e que o banco está à disposição para contribuir nas discussões por maior isonomia entre ACR e ACL nesta questão.

Durante as conversas, os conselheiros Paulo Tarso (Petrobras) e Daniel Marrocos (Newcom) agradeceram os esforços do BNDES e enfatizaram que a nova metodologia do preço suporte é “game-changer” e fundamental para a expansão da oferta para o mercado livre. Reforçaram que a informação foi recebida com grande satisfação dentro da Associação e que a Abraceel continuará à disposição do banco para contribuir com novos aperfeiçoamentos.

Equipe BNDES

Carla Primavera explicou que com essa nova metodologia o banco está tentando criar um modelo mais aderente possível à realidade do mercado livre, capaz de se adequar a diferentes estratégias, onde comercializadores terão um papel de destaque oferecendo contratos que sustentam novos projetos.

Ao final, a superintendente disse que gostaria de montar uma agenda de trabalho com as comercializadoras, pois o banco precisa se aprofundar mais sobre a comercialização. Reafirmou que a equipe do banco está à disposição para aprofundar as discussões e sugeriu que os interessados entrem em contato diretamente com os chefes de departamento conforme listado a seguir:

Departamento 1: hidrelétricas e transmissão

Alexandre Siciliano

siciliano@bndes.gov.br

21 3747-7145

Departamento 2: solar, térmicas à GN, eólicas, GD e eficiência energética

Fábio Scherma

scherma@bndes.gov.br

21 3747-8666

Departamento 3: eólicas, PCH e biomassa

Ana Paula de Sousa Soares

apss@bndes.gov.br

21 3747-8479

A Abraceel considera a metodologia do preço suporte uma grande vitória para o mer-

cado livre e agradece a todos os envolvidos durante esses anos de discussões. As apresentações realizadas no evento estão disponíveis na área restrita do associado.

SETOR APOIA DERIVATIVOS DE ENERGIA

O BBCE e o Insper realizaram, em **07.11**, em parceria com a Abraceel, o II Energy Hub. O evento foi realizado na sede do Insper, em São Paulo, e contou com a participação de mais de 400 profissionais, que acompanharam a discussão, além de diversos associados e dos conselheiros Alessandro de Brito Cunha (BC Energia), Paulo Tarso (Petrobras) e Rafael Mathias (Capitale). A Diretoria Executiva foi representada por Reginaldo Medeiros e Alexandre Lopes, que foram palestrantes do evento.



A abertura do evento teve a participação de Fabiana Cepeda (MME), Alexandre Manoel (ME), Júlio Ferraz (Aneel), Rui Altieri (CCEE) e Ricardo Rocha (Insper), além do Presidente do Conselho do BBCE, Daniel Rossi, e do Presidente da Abraceel, Reginaldo Medeiros.

A negociação de derivativos pode ocorrer em mercados de balcão (OTC) não-organizados ou organizados, ou bolsas de valores, de mercadorias e de futuros. Os mercados organizados de valores mobiliários devem ser administrados por entidades administradoras autorizadas pela CVM e sujeitas a sua regulamentação específica.

A clearing house é uma instituição financeira que atua como contraparte central entre o vendedor e o comprador e presta serviços de compensação e liquidação de transações realizadas em ambientes organizados como bolsas, podendo também atuar em mercados de balcão (OTC) organizados.

	BALCÃO (OTC)	BALCÃO (OTC) ORGANIZADO	BOLSA
Ambiente de Negociação	Bilateral	Centralizado	Centralizado
Transações	Contrapartes Identificadas	Contrapartes Identificadas na pós negociação	Anônimas
Produtos	Flexíveis	Padronizados	Padronizados
Risco de Crédito	Bilateral	Bilateral ou Centralizado (<i>Clearing</i>)	Centralizado (<i>Clearing</i>)
Preço	Negociação	Oferta/Demanda	Oferta/Demanda
Liquidez	Baixa	Média/Alta	Alta
Regulação	Média	Forte	Muito Forte

Nesse sentido, a negociação de contratos financeiros pode ocorrer, em um primeiro momento, de forma similar às negociações realizadas atualmente nos contratos físicos de energia, que ocorrem de forma bilateral com garantias negociadas entre as partes, podendo evoluir para um ambiente de bolsa, com contraparte central.

Durante o encontro foi discutida a evolução do mercado de comercialização e as principais vantagens da negociação de derivativos de energia, como o faturamento pelo valor líquido da transação e as questões tributárias. Além disso, os contratos de energia estão sujeitos a penalidades por insuficiência de lastro, ajuste de montantes pela CCEE após o registro, e rateios (loss-sharing) relativos à inadimplência (mensal), judicialização (GSF e outros), parcelamentos concedidos e desligamento dos agentes inadimplentes.

Os palestrantes também destacaram que as atuais legislações do sistema financeiro e do setor elétrico já permitem a negociação de derivativos de energia, inclusive já houve diversas transações OTC realizadas ao longo dos últimos anos, porém ainda com pouca liquidez de negociação. O CEO da BBCCE, Carlos Ratto, destacou que o Balcão está investindo para atender às exigências da CVM e está perto de conseguir a autorização para se tornar um balcão organizado de derivativos de energia.

Ao longo das discussões, os participantes do encontro avaliaram positivamente a possibilidade de negociação de derivativos de energia,

que traz vantagens em relação à negociação dos contratos físicos e pode ampliar a segurança das operações e a liquidez do mercado livre.

A Abraceel apoia as iniciativas para o desenvolvimento da negociação de contratos financeiros de energia, meta estabelecida no Planejamento Estratégico da Associação. As apresentações do evento estão disponíveis no site da Abraceel

PLS 232/2016 - PORTABILIDADE DA CONTA DE LUZ

O senador Marcos Rogério (DEM/RO) apresentou seu relatório ao projeto no dia 29.10. No mesmo dia, houve pedido de vista e o projeto está na pauta da próxima reunião da Comissão de Infraestrutura (12.11).
Conheça os principais pontos do relatório:

ALTERAÇÕES NA LEI 9.074/95

CRONOGRAMA DE ABERTURA DE MERCADO

2.000kW _____ após 18 meses
 1.000kW _____ após 30 meses
 500kW _____ após 42 meses
 300kW _____ após 54 meses
 = ou > 2,3kV _____ após 66 meses
 < 2,3kV _____ após 78 meses
 Plano Executivo _____ em até 48 meses deve apresentar plano para extinção integral do requisito mínimo de carga
 Conjunto de _____ após 42 meses consumidores, qualquer tensão, reunidos por comunhão de interesses de fato ou de direito
 Consumidores _____ após 42 meses com carga inferior a 500kW serão representados por varejista na CCEE

VAREJISTA

Estabelece separação atacado/varejo em 500 kW, 42 meses da entrada em vigor da Lei;
 Menciona “agregador de carga”, sem defini-lo;
 Disciplina o corte do fornecimento de energia ao consumidor inadimplente que poderá ser suspenso
 Consumidores que migrarem poderão ter que pagar encargo para pagar as operações financeiras feitas em nome das distribuidoras
 Sobrecontratação das distribuidoras, poderá onerar todos consumidores, mediante encargo

CONCESSÕES NOVAS, PRORROGADAS OU LICITADAS

Risco hidrológico é assumido pelos concessionários e determinado “recálculo da garantia física, com validade a partir da data de início da prorrogação da outorga, sem qualquer limite de variação em relação à garantia física anteriormente vigente, bem como sujeição a revisões periódicas de garantia física”
 O valor estimado da concessão será calculado em ato do Poder Executivo

ALTERAÇÕES NA LEI 9.427/96

Geração próxima da carga: determina que sejam valorizados os benefícios da geração de energia elétrica próxima da carga

Prevê tarifa horária

Prevê que a TUSD e TUST para “prosumers” não pode ser cobrada em R\$/MWh após 5 anos da promulgação da Lei. Isso não se aplica aos consumidores que já têm tarifa binômia.

SOBRE OS DESCONTOS NAS TUSD/TUSD

Estabelece o fim do desconto na TUSD/TUST quando do fim do prazo das outorgas, nas prorrogações das outorgas e em alterações das outorgas decorrentes da ampliação da capacidade instalada;

Varejista: Prevê 30 meses da entrada em vigor deste artigo para que os consumidores sejam representados por Varejistas na CCEE. Há discrepância com o Art. 16-A, que dispõe que serão 42 meses.

ALTERAÇÕES NA LEI 10.438/02

| Subsídio para consumidores atendidos em tensão > 69kV: Pagam menos CDE a partir de 2030.

ALTERAÇÕES NA LEI 10.848/04

Preço horário em Lei

Cria possibilidade de preço por oferta

Cria testes de validação para os modelos

Estabelece liquidação semanal ou inferior do MCP em 30 meses da edição da Lei

Garantias financeiras: previsão de possibilidade de aporte prévio e chamada de margem

Venda de energia pelas Distribuidoras: poderão vender energia elétrica e contratos de energia elétrica em mecanismos centralizados. (10.848/04, art. 2º; § 21)

Regra de transição de 30 meses para o lastro legado, com contratos de repasse de até 5 anos a serem firmados

Possibilidade de eliminar obrigatoriedade de lastro os consumidores livres após 30 meses da Lei.

Permite troca de CCEARs entre as distribuidoras e descontração

Fim da energia de reserva

Separação lastro e energia

Contratação de lastro: centralizado

Estabelece corte de consumidores livres e especiais inadimplentes

Modernização: estabelece prazo para o MME (30 meses)

ALTERAÇÕES NA LEI 13.203/15

| Vedada repactuação do risco hidrológico: 12 meses após a publicação da Lei.

>>RADAR LEGISLATIVO

PL 6407 de 2015 (PL do Gás): Enquanto a proposta não é pautada em Plenário, em virtude do requerimento de urgência liderado pelo deputado Paulo Ganime (NOVO/RJ), o deputado Laercio Oliveira (PP/SE) foi designado relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS). O Fórum do Gás aguarda agenda com o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ) para discutir a matéria e relatar a importância de pautá-la em Plenário.

PL 1917 de 2015 (portabilidade da conta de luz): a primeira audiência aconteceu na última quarta-feira, dia **06.11**, com a participação da Apine, Abragel, Abrapch e Abradee. A Abraceel discutirá o tema na Câmara no próximo dia **13.11**, ao lado do MME, CCEE e Aneel.

Foram apresentadas 25 emendas ao projeto, que estão disponíveis na página: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_emendas?idProposicao=1307190&subst=0 . Um resumo do conteúdo está na área exclusiva do site da Abraceel, em documentos gerais.

Destacamos que há previsão para o deputado Édio Lopes (PL/RR) apresentar seu relatório no dia **25.11**, quando abrirá novo prazo para emendas.

PLS 232 de 2016 (portabilidade da conta de luz): está na pauta da reunião da Comissão

de Infraestrutura do Senado na próxima terça, **12.11**, o relatório apresentado pelo senador Marcos Rogério (DEM/RO). O texto apresentado estabelece um cronograma conflitante com o que está definido na Portaria 514 e no que foi discutido no âmbito da CP 77. Confira mais detalhes no “Abraceel explica” desta semana.

Código Brasileiro de Energia Elétrica: Representando a Abraceel, Reginaldo Medeiros, participou, no dia **05.11**, de audiência na Comissão do Código Brasileiro de Energia Elétrica da Câmara dos Deputados, para discutir os desafios da comercialização e o mercado livre de energia. Reginaldo Medeiros, assim como em outras ocasiões, manifestou todo o seu apoio à portabilidade da conta de luz e à antecipação do cronograma de abertura do mercado para todos os consumidores. Participaram, também, da audiência, Paulo Pedrosa, Presidente da Abraceel, Rui Altieri, Presidente do Conselho da CCEE, e Domingos Andreatta, Secretário-Adjunto de Energia Elétrica do MME. **Acesse a íntegra da audiência em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/58403>**

Novas Proposições:

PL 5917 de 2019, do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE): Dispõe acerca do direito de livre escolha do fornecedor de energia elétrica, sem estabelecer um cronograma de abertura. O projeto em questão já determina a portabilidade da conta de luz a todos os consumidores, cabendo ao fornecedor a responsabilidade pela medição do consumo e pelo faturamen-

to das unidades consumidoras (fatura única).

Confira a íntegra do projeto: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1831605

PL 5877 de 2019, do Poder Executivo: Foi recebido, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei que discutirá o modelo de desestatização da Eletrobras. O modelo segue o que havia sido planejado na gestão Temer, com exceção da previsão da “golden share”.

Confira a íntegra do projeto: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1830817 e a mensagem enviada ao Congresso: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1830832



Curtas

III Encontro CCEE sobre Preço Horário

A Diretoria Técnica acompanhou o III Encontro da CCEE sobre Preço Horário, realizado no dia **07.11**. A próxima reunião da FT-DESSEM em **08.11** irá aprovar os testes pendentes no modelo, para encaminhamento do caderno de validação para a Aneel, que deverá abrir uma consulta pública. Sobre a questão da licença do CPLEX, a CCEE informou que 70 empresas manifestaram interesse, confirmado o desconto de 70% para aquisição. Na apresentação dos resultados da operação sombra, destaque para os dias em que o deck foi publicado por contingência, seja por CMO negativo ou por elevado tempo de processamento. Ainda, em 28.10 a CCEE encaminhou para Aneel proposta de ajuste nas Regras de Comercialização para classificação do despacho das térmicas, incluindo o unit commitment, que deverá ser submetida a consulta pública. Também foi informado que o código R do PrevCargaDESSEM vai ser disponibilizado para contribuição dos agentes. **A apresentação do encontro está disponível na área restrita do associado.**

CP 88/MME: parâmetros critérios de suprimento

No dia **05.11**, o Grupo Técnico realizou call para discutir a CP 88/MME, que propôs parâmetros para a revisão dos critérios de suprimento. O MME propõe critérios físicos, em uma dimensão de energia e de potência, e também de critérios alegadamente econômicos, que deverão ser aplicados no planejamento da ex-

pansão a partir de janeiro de 2020. Em sua contribuição a Abraceel reforçou sua posição apresentada na CP 80/MME, contrária à adoção do critério dito econômico no suprimento de energia, argumentando que a medida eleva o custo total do sistema e desincentiva a gestão bilateral do risco pelos agentes, em sentido contrário à eficiência de mercado e à modernização do setor. **A contribuição foi enviada ao MME no dia 07.11 e está disponível no site da Abraceel.**

Audiência Pública nº 041/2019 - Agenda Regulatória 2020-2021 da Aneel

No dia **14.11**, irá ocorrer a sessão presencial da Audiência Pública nº 041/2019, com objetivo de obter subsídios para definição da Agenda Regulatória 2020-2021 da Aneel. A audiência ocorrerá na sede da Aneel, em Brasília, de 09h às 12h. Mais informações estão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br), menu Principal "Participação Pública", item "Audiências Públicas" e "Audiência 041/2019".

Mais empresas cadastram seus documentos na aba "Segurança de Mercado"

Na última semana, as associadas Quantum, Enex e CPFL Soluções, publicaram seus documentos na aba "Segurança de Mercado" do novo site da Abraceel, totalizando 19 empresas com documentos nessa seção. Destacamos que a área é exclusiva para empresas associadas e a medida faz parte da estratégia da Associação, que busca colaborar na construção de um ambiente de negócios mais seguro e transparente



Curtas

para o mercado. Cada representante recebeu, por e-mail, o login, a senha e as instruções para cadastrar os documentos. **Caso você tenha alguma dúvida, basta enviar um e-mail para abraceel@abraceel.com.br que a equipe entrará em contato para ajudá-lo.**



Cenários do Setor Elétrico

A Unica, com o apoio da Abraceel, Co-gen, Abiogás e Abinee realizarão, no dia **27.11**, palestras sobre cenários no mercado de energia elétrica com especialistas do setor. Na ocasião, José Bressiani, Diretor de Tecnologia Agrícola da Granbio, fará palestra sobre o tema “A cana-energia: aumentando a produção de biomassa” e Fabiana Avellar, Diretora de Regulação, Marketing e Inteligência de Mercado da CPFL Energia, sobre “ Os cenários do setor elétrico brasileiro”. **As inscrições para o evento são gratuitas e os interessados em participar devem confirmar presença até 22.11 enviando e-mail para: zilmar@unica.com.br**

Workshop Arsesp: swap entre as distribuidoras de São Paulo

A Arsesp está desenvolvendo regulação sobre a troca operacional e comercial de gás natural e biometano no estado de São Paulo. Com intuito de enriquecer a discussão, que será submetida a Consulta Pública, a Arsesp convida os agentes do setor para participar do Workshop sobre o tema, que acontecerá no dia **13.11** às 8h30, em São Paulo (Avenida Paulista, 2313 – auditório, 1º andar). **As inscrições podem ser realizadas pelo e-mail: arsesp@arsesp.sp.gov.br**

8:30	Boas vindas e apresentação de participantes
9:00	<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos de Swap e Fundamentos Básicos. • Exemplos internacionais
10:45	Coffee Break
11:00	<ul style="list-style-type: none"> • Motivadores do Swap e Característica do Mercado de GN de SP (redes de distribuição, potencial biometano, subida da serra, mercado livre e interconexões entre CDLs)
11:30	Debates sobre possíveis oportunidades de swap comercial e operacional no estado de SP e sobre os direitos e deveres das partes (supridor, concessionária e usuário)
12:30	Almoço
14:00	<ul style="list-style-type: none"> • Elementos Contratuais e Definições de Responsabilidades no Swap • Conceitos da Tarifa de Swap
15:30	Coffee Break
15:45	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação das possibilidades de estrutura de deliberação sobre swap em SP
16:15	Debates sobre os pontos de estruturação da deliberação a ser desenvolvida: conceitos, contratos e aspectos técnicos
17:00	Encerramento

Aneel submete temas à discussão pública

No dia **05.11**, a Diretoria da Aneel, comunicou a abertura da Consulta Pública nº 31/2019, para alterar as Regras de Comercialização, em vista do disposto na REN



Curtas

nº 827/2018 sobre penalidade por falha no suprimento de combustível. Envio de contribuições até o dia **23.11**. Na mesma reunião, foi aberta a Tomada de Subsídio nº 02/2019, com o prazo de contribuições até **20.11**, para tratar das novas versões dos modelos NEWA-VE, DECOMP e GEVAZP a partir de janeiro de 2020. Por fim, também foi aprovada a realização de sessão presencial sobre a Agenda Regulatória 2020/2021 da Aneel (Audiência Pública nº41/2019) no dia **14.11**, no auditório da Aneel. A previsão é que o texto final da agenda seja deliberado em **10.12**.

Seminário EPE: Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Cenário Decenal

AEPE realizará seminário para apresentar as perspectivas da expansão dos setores de petróleo, gás natural e biocombustíveis no âmbito dos estudos do Plano Decenal de Expansão 2029 (PDE 2029). Também serão apresentados outros estudos da EPE, como o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, o Plano Indicativo de Processamento e Escoamento de Gás Natural (PIPE) e o Plano Indicativo de Gasodutos de Transporte (PIG). O evento será realizado no dia **05.12**, das 9h às 17h30, no Rio de Janeiro (Avenida Rio Branco, 1 - Salão Mauá). **A programação completa e inscrições estão disponíveis no link: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc0rwATXafWcXCjsD7Ca1FGRA-8wKqAluPHChgnvD3z7Jfmldw/viewform>**

SEMINÁRIO EPE

PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS CENÁRIO DECENAL

5.dez

9h AS 17h30

Avenida Rio Branco, 1, Salão Mauá
Centro, Rio de Janeiro



Relatório Thymos 20ª e 21ª FT-DESSEM

AThymos disponibilizou o resumo da 20ª e 21ª FT-DESSEM, realizadas nos dias **18** e **29.10** respectivamente. O relatório destaca que não há como garantir a reprodutibilidade do modelo dependendo da configuração da máquina. Para que os resultados oficiais de despacho e preço sejam iguais, será estabelecido um padrão para o software e hardware. Sobre o CPLEX, foi informado que o ONS solicitou os dados dos agentes que ainda tem interesse em comprar o pacote. Após a aprovação do DESSEM em consulta pública da Aneel, que deve ser aberta ainda em novembro, os decks de 2019 serão republicados conforme a versão autorizada. **O relatório da Thymos está disponível na área restrita, seção documentos gerais.**

Resolução nº 794/2019 – Transparência da comercialização do Gás Natural

Na reunião realizada no dia **05.11**, a Diretoria da ANP decidiu pela manutenção na íntegra da Resolução nº 794/2019, que estabelece que as informações de preço médio de venda, volume médio, cláusulas de penalidades (ToP e SoP) e a íntegra dos contratos



Curtas

firmados pelas distribuidoras com consumidores cativos serão divulgados pela ANP. A publicação dos contratos pode ser acompanhada no site da ANP: <http://www.anp.gov.br/carregamento-comercializacao-autoprodutor-autoimportador-consumo-em-refinarias-e-fa-fens/5477-publicidade-de-contratos-de-compra-e-venda>. **A íntegra da Resolução ANP nº 794/2019 está disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Documentos Gerais”.**

Revisão REN 482 - Geração Distribuída

Mais de 800 pessoas e 157 expositores participaram da Audiência Pública da Aneel nº 40/2019, realizada no Clube do Exército em Brasília, no dia **07.11**, para tratar da revisão da REN nº 482/2012 sobre micro e mini geração distribuída. Bernardo Sicsú representou a Abraceel na Audiência e reforçou a proposta de venda de excedentes de GD em seu discurso. A proposta, já apresentada na AP nº 01/2019, é discutida há mais de 4 anos, já teve um modelo operacional desenvolvido pela CCEE e é apoiada por prosumidores, distribuidores e governo. *“Essa é uma solução ganha-ganha, que sai da discussão acalorada de como repartir o bolo para aumentar o bolo, beneficiando a todos os envolvidos”*, argumentou a Abraceel. Os interessados podem enviar contribuições até o dia **30.11** e em breve a Associação circulará com os associados sua minuta de contribuição.



Relatório de Validação do DESSEM

No dia **05.11**, foi submetido para aprovação na 22ª FT-DESSEM o relatório de validação do DESSEM, que apresenta um resumo do trabalho da FT realizado ao longo do ano. O relatório, que será encaminhado à Aneel para consulta pública, recomenda a aprovação do modelo, apontando que ao longo de 2020 os testes deverão ter continuidade, de forma a buscarmos testes para estabilizá-lo. A FT faz algumas ressalvas, como por exemplo, (i) reexecução de estudos anteriores com a versão estável do modelo – o que não foi possível devido ao prazo para concluir o processo, (ii) análise da variação dos resultados



Curtas

do modelo na hipótese de configurações distintas de processador, sistema operacional e/ou número de “cores”, (iii) continuidade dos esforços para redução do tempo de processamento do modelo, e (iv) avaliação de pacotes alternativos de otimização que garantam maior flexibilidade no uso do modelo. **O documento, que ainda irá ser submetido à avaliação pela FT em 08.11, está disponível na área restrita, seção documentos.**

Plano indicativo de Processamento e Escoamento de Gás Natural – PIPE

No dia **07.11**, a EPE publicou o Plano Indicativo de Processamento e Escoamento de Gás Natural – PIPE, que tem como objetivo apresentar os projetos de gasodutos de escoamento e UPGNs previstos para construção e entrada em operação no Brasil, além dos projetos que podem vir a ser implementados nos próximos anos no País, de forma indicativa. No presente ciclo do PIPE, foram mapeados 11 projetos indicativos de gasodutos de escoamento (totalizando cerca de 2.100 km de extensão) conectados a UPGNs, sendo 7 deles baseados em volumes de gás natural provenientes do pré-sal e 4 baseados em volumes de gás natural provenientes do Pós-Sal. **O documento está disponível na área restrita, seção documentos gerais.**

Aprovado editais dos leilões A-1 e A-2

A Diretoria da Aneel aprovou no dia **05.11** os editais dos leilões A-1 e A-2 de 2019, que irão contratar de energia existente, com início de suprimento em 2020 e 2021, respectivamente, com duração de 2 anos. O leilão A-1 será apenas por quantidade, ao passo que o A-2 será por quantidade e disponibilidade, sendo que ambos terão o preço inicial de R\$ 190/MWh e ocorrerão em 06.12, na sede da CCEE, em São Paulo. A Abraceel contribuiu no âmbito da AP nº 35/2019 e a proposta de aporte de garantia pelas compradoras foi acatada pela Aneel, como também a necessidade que, além das vendedoras, as compradoras também estejam adimplentes perante o regulador. Entre as contribuições não acatadas está a sugestão de verificação da adimplência setorial na fase de inscrição, ao invés de posteriormente ao certame, e a divulgação do relatório de adimplência das compradoras para aumentar a segurança dos leilões. A Aneel aponta, contudo, que não há divulgação pública das compradoras nem das possíveis vendedoras antes da realização dos leilões, e como as distribuidoras devem garantir o atendimento a totalidade de seus mercados, não seria conveniente excluir aquelas que possuem débitos.

>> PRÓXIMA SEMANA

12.11 - terça-feira: Yasmin Oliveira participa do II Seminário “Dia do Mercado Livre de Energia”, organizado pela Ceise Br e Única, em Sertãozinho, São Paulo;

13.11 - quarta-feira: Alexandre Lopes participa de reunião do Fórum do Gás, às 13h, em Brasília;

Reginaldo Medeiros participa, como palestrante, de audiência pública na Comissão Especial da Portabilidade da Conta de Luz, para discutir o mercado livre de energia, às 14h30, na Câmara dos Deputados, em Brasília;

Bernardo Sicsú participa do workshop, promovido pela Arsesp, para discutir swap entre as distribuidoras de São Paulo, às 08h30, em São Paulo;

14.11 - quinta-feira: Call do Conselho, aberto a participação dos associados, às 17h.

>AGENDA DO CONSELHO

21.11 e 23.11 - quinta-feira a sábado: 11º Encontro Anual do Mercado Livre;

21.11 - quinta-feira: AGO orçamentária e AGE Estatutária para discutir, respectivamente, o orçamento da Abraceel 2020 e alteração do Estatuto Social, na Praia do Forte, BA;

04.12 - quarta-feira: Reunião do Grupo Técnico da Abraceel, às 14h, na sede do BTG Pactual, em São Paulo;

05.12 - quinta-feira: Confraternização Anual da Abraceel, às 20h, no hotel Renaissance, em São Paulo.